

## Particularismo Contextualista Contextualistic Particularism

Hippolyto Ricardo Ribeiro

**Resumo:** Delineio nesse artigo as características filosóficas fundamentais do *Particularismo Contextualista*, teoria moral que associa aspectos do *Particularismo* de Dancy e do *Contextualismo* de MacIntyre a partir da tradição aristotélica comum, na perspectiva do realismo moral contemporâneo. O *Particularismo Contextualista* delineado combina a psicologia moral e a justificação moral teleológica aristotélica, proposta por MacIntyre, com a teoria das razões morais de Dancy, a partir da análise dos conceitos de *educação moral* de Dancy e *tradição moral* de MacIntyre. O *Particularismo Contextualista* sugerido pressupõe a historicidade e contingência do conhecimento moral, implicando numa epistemologia moral *holística* caracterizada pela justificação *falibilista* e *internalista*, baseada no colapso da dicotomia fato/valor e na superação da oposição entre metaética e ética.

**Palavras-chave:** Particularismo; Contextualismo; Realismo; Ética Aristotélica; Epistemologia Moral.

**Abstract:** In this article I delineate the fundamental philosophical characteristics of *Contextualistic Particularism*, moral theory that associates aspects of Dancy's *Particularism* and MacIntyre's *Contextualism* from the Aristotelian common tradition, in the perspective of contemporary moral realism. The *Contextualistic Particularism* delineated combines the Aristotelian moral psychology and teleological moral justification, proposed by MacIntyre, with Dancy's theory of moral reasons from the analysis of Dancy's *moral education* and MacIntyre's *moral tradition* concepts. The *Contextualistic Particularism* suggested presupposes the historicity and contingency of moral knowledge, implying a *holistic* moral epistemology, characterized by *fallibilistic* and *internalistic* justification, based in the collapse of the fact/value dichotomy and in the overcome of the opposition between metaethics and ethics.

**Keywords:** Particularism; Contextualism; Realism; Aristotelian Ethics; Moral Epistemology.

Procuro delinear nesse artigo a estrutura conceitual básica e as características filosóficas fundamentais de uma teoria moral que combina consistentemente aspectos essenciais do *particularismo* de Dancy e do *contextualismo* de MacIntyre. Propondo a introdução do termo *particularismo contextualista* para designar o sistema ético resultante dessa síntese teórica. Backhurst, em *Ethical Particularism in Context*, sugere que o *particularismo* pode ser aperfeiçoado pela incorporação das concepções de identidade moral e tradição moral do *contextualismo*. Backhurst afirma que o reconhecimento da *localização* – e, portanto, da contingência – do conhecimento moral constitui pressuposto epistemológico fundamental e característica filosófica predominante do realismo moral contemporâneo, que se expressa na concepção de tradição moral do *contextualismo* e na reivindicação – ontológica e epistemológica – do *particularismo* que a realidade moral não pode ser adequadamente descrita por

generalizações, normas, princípios ou sistemas morais. Backhurst delinea o realismo moral:

Nos recentes escritos éticos de tendência **realista** há uma valorização crescente da '**localização**' do conhecimento moral. Isso se manifesta, primeiro, na ideia **contextualista** de que a natureza e influência das razões morais não pode ser entendida a menos que o agente seja visto como situado em uma tradição de pensamento e prática moral, tradições que contribuem para o caráter da realidade moral e que capacitam os agentes a discernir sua natureza, e segundo, na visão **particularista** que a estrutura da realidade moral não é adequadamente capturada por um sistema de princípios morais; juízos morais envolvem uma sensibilidade ao contexto que ultrapassa qualquer coisa que leis morais podem estabelecer. (BACKHURST, 2003, p.157, grifo nosso)

O realismo moral contemporâneo é retratado basicamente por Backhurst como uma perspectiva filosófica de epistemologia moral caracterizada pela justificação *internalista e particularista*. *Internalista*, na medida, que reivindica que juízos morais são *objetivos* no 'interior' de um sistema de crenças morais, para os agentes que compartilham dessa tradição moral contingentemente localizada. *Particularista*, na medida, que reivindica que a realidade moral – que inclui o conhecimento, o raciocínio, a deliberação e a justificação moral – e a verdade moral somente podem ser estabelecidas nos casos particulares, não admitindo generalizações ou normatizações. Juízos morais adequados devem ser necessariamente estabelecidos conforme o *contexto* das circunstâncias e razões morais de cada caso particular. Reivindico que esse amplo reconhecimento na filosofia contemporânea da impossibilidade lógica e epistemológica da universalização ou generalização do conhecimento moral, decorre em larga medida das investigações de Goodman, em *Fact, Fiction and Forecast*, indicando as diferenças ontológicas e epistemológicas entre as relações de causalidade natural e causalidade intencional e a conseqüente impossibilidade da dedução lógica formal nos silogismos práticos e nas projeções intencionais, dos estudos de Dennett, em *Content and Consciousness*, acerca das dificuldades lógicas e linguísticas das sentenças intencionais e das pesquisas epistemológicas da Putnam, em *The Collapse of the Fact/Value Dichotomy*, indicando a extrema complexidade epistêmica de problemas práticos e a dissolução da dicotomia fato/valor no pensamento filosófico e científico pós-moderno. Backhurst afirma que o *particularismo* carece de uma concepção de compromisso ético que explique como a vida moral pode constituir uma unidade racional coerente, fundamentada em perspectivas morais substantivas, sugerindo que o *contextualismo* oferece esse complemento filosófico através da noção de identidade moral. Reivindico nesse artigo que a psicologia moral de Aristóteles, baseada na identidade moral ou *caráter* do agente, integra a herança aristotélica do *particularismo*, o que se torna evidente pela análise do conceito de *educação moral* de Dancy. O particularismo e o realismo moral de Aristóteles constituem a influência filosófica fundamental do particularismo moral contemporâneo em autores como MacDowell, MacIntyre e Dancy. O particularismo de MacDowell em especial, concebido a partir da psicologia moral aristotélica, inspirou decisivamente o particularismo de Dancy. De modo que parece razoável supor que a interpretação da psicologia moral de Aristóteles proposta por MacDowell foi incorporada implicitamente pela teoria das razões morais de Dancy. O que permite concluir que a tradição ética teleológica aristotélica oferece a

estrutura conceitual básica comum que unifica *particularismo* e *contextualismo*. Backhurst associa as posições de Dancy e MacIntyre:

Isso é o que convida a enriquecer a posição de Dancy com ideias fundamentais delineadas por MacIntyre. [...] Agentes morais ingressam nas situações com disposições para tratar certas propriedades como importantes e essas disposições são parcialmente constitutivas de seu entendimento de si mesmos como agentes morais. Portanto, o que é saliente em qualquer situação moral não é determinado unicamente pelo mundo. [...] O ponto crucial, como tão bem ressalta MacIntyre, é que o contexto de cada decisão inclui o fato de ser realizado por um agente lutando para determinar não apenas o que fazer, mas que tipo de pessoa *ser*. Essa última busca requer competência moral geral de um tipo mais rico do que simplesmente uma apreciação da importância que certas propriedades morais podem possuir, ou tipicamente possuem, em certas circunstâncias. [...] **Decidir o que fazer envolve mais do que apenas abrir-se para os fatos; é preciso fazer sentido dos fatos de um ponto de vista moral.** (BACKHURST, 2003, pp.173-174, grifo nosso)

Para Backhurst disposições morais (*hexis*) determinam a identidade moral, predispondo o agente em relação ao julgamento da *relevância* das características morais particulares. A identidade moral confere unidade psicológica às disposições morais conforme uma perspectiva substantiva da moralidade. De modo que o juízo de relevância moral das circunstâncias particulares é determinado pelas crenças morais substantivas do agente. A identidade moral – vinculada necessariamente à noção de tradição moral – amplia a concepção de característica moralmente relevante muito além das circunstâncias puramente empíricas do caso particular. A concepção de identidade moral de MacIntyre – equivalente ao *caráter* de Aristóteles – implica na noção de unidade psicológica do agente. Ações morais e razões morais são reveladoras do *caráter* ou identidade moral do agente, sua inteligibilidade exige necessariamente uma estrutura narrativa unificada e coerente da vida moral no *interior* de uma tradição moral constituída por um sistema de crenças morais substantivas. Dancy sustenta que a justificação moral envolve a explicação das razões morais envolvidas e que razões para ação correspondem às características morais salientes do caso particular. A justificação deve retratar adequadamente todas as características moralmente relevantes do contexto particular, implicando numa reconstrução narrativa da *forma* dos fatos morais que exige um juízo prévio sobre sua *relevância*. A identidade moral – vinculada à noção de estrutura narrativa unificada, racionalmente coerente, da vida moral – oferece parte significativa do conteúdo ético dessa reconstrução narrativa da *forma* dos fatos morais particulares. De modo que as concepções de identidade moral e tradição moral conferem racionalidade e coerência mais ampla ao julgamento das razões morais particulares. Reivindico que o *particularismo* pressupõe a tradição moral, através da noção de educação moral, como consequência da herança filosófica aristotélica, evidenciando a impropriedade da crítica recorrente indicando uma justificação moral *atomista*, relativamente aleatória, ao não conceber um agente necessariamente inserido numa cultura moral. A tradição moral implica num sistema de crenças morais substantivas historicamente determinadas, unificando racionalmente e coerentemente as deliberações passadas e presentes do agente. Meu principal objetivo consiste no desenvolvimento filosófico de outra proposição de Backhurst, sugerindo que a *autoconsciência histórica* característica do *contextualismo* pode enriquecer o *particularismo*. A tradição moral implica no reconhecimento da *historicidade da*

*moralidade*, estando implícita na concepção de julgamento de razões morais particulares de Dancy por meio da educação moral. Sugiro que não apenas considerações empíricas (o estado das coisas no mundo), mas também considerações conceituais de natureza histórica e cultural (estruturas sociais, cultura e tradições morais) integram a noção de *característica moralmente relevante*, elemento constitutivo do conceito de *contexto* moral particular de Dancy. Nesse sentido, Backhurst:

Espero haver demonstrado que as duas visões sobre escrutínio podem ser poderosos aliados. O particularismo de Dancy tem muito a aprender com o contextualismo de MacIntyre, e não apenas no tema da **identidade moral**. O particularismo está clamando por uma infusão do tipo de **autoconsciência histórica** que informa a abordagem de MacIntyre. Ao mesmo tempo, quando desenvolvido adequadamente, o **particularismo oferece a estrutura secular** para avançar a teoria moral [...] O pluralismo de Dancy recorda aqueles que, como MacIntyre, estão propensos a falar da busca pelo *bom*, que não devemos ver isso como uma busca por alguma visão geral, final, mas ao contrário como **uma atividade não limitada pela perspectiva de um sucesso final, nem diminuída por essa sua infinita abertura. Exatamente igual, devemos aditar, a busca pela verdade.** (BACKHURST, 2003, pp. 176-177, grifo nosso)

O *pluralismo moral* de Dancy, inspirado no pluralismo ético de Aristóteles, equipara deliberação moral e investigação epistêmica, ao considerá-las processos cognitivos permanentes, infundáveis, sempre sujeitos a reavaliações. Dancy adota claramente uma epistemologia moral *falibilista*, ao pressupor que juízos morais não constituem verdades eternas, absolutamente garantidas, mas verdades contingentes, relativamente garantidas, assumindo uma perspectiva filosófica *secular* que implica no reconhecimento da natureza contingente da moralidade, favorecendo a investigação racional e a justificação holística da ética. Backhurst parece não considerar adequadamente que a '*estrutura secular*' atribuída ao *particularismo* de Dancy implica necessariamente na presunção da *historicidade* e *contingência* da moralidade. MacIntyre, em *After Virtue*, desenvolve sua própria concepção de *historicidade da moralidade*, sugerindo que a linguagem moral contemporânea constitui uma herança histórica e cultural das sociedades antigas e medievais, tendo sido concebida conforme os modelos de justificação teleológica e teológica típicos dessas tradições morais. Reivindicando que o desacordo moral permanente, característico da sociedade ocidental contemporânea, decorre da desorganização dessa linguagem e conceitos morais, que, na transição para a modernidade, perderam o contexto social e histórico que lhes conferia objetividade. Quando as estruturas sociais tradicionais foram substituídas, o discurso moral entrou em desordem tornando-se disfuncional. MacIntyre sustenta que as causas do fracasso do projeto iluminista de justificação racional da moralidade foram derivadas dessas circunstâncias históricas e tradições morais específicas. Esse fracasso da justificação moral metafísica pela Razão – e, conseqüentemente, do *fundacionismo* moral – originou o surgimento da dicotomia fato/valor na filosofia moderna – baseada na dicotomia de Hume entre ser/dever ser ou juízos de fato/relações de ideias – como consequência do abandono da ética teleológica aristotélica, resultando no *emotivismo* e no *não-cognitivismo*. Filósofos modernos, emotivistas, não-cognitivistas e positivistas lógicos concluíram equivocadamente que juízos morais não seriam racionais, constituindo unicamente expressões *subjetivas* de vontades ou emoções, não sendo

epistemologicamente verificáveis, nem logicamente passíveis da atribuição de verdade ou falsidade, em oposição a juízos factuais que seriam expressões *objetivas* racionais e verificáveis de percepções sensoriais de eventos empíricos. MacIntyre propõe a reintrodução da justificação moral teleológica como solução para esse estado de desordem da moralidade. MacIntyre sugere a historicidade das teorias morais:

Vamos supor que os argumentos de Kierkegaard, Kant, Diderot, Hume, Smith e de outros fracassaram devido a certas características em comum oriundas de suas circunstâncias históricas bem específicas em comum. Vamos supor que não podemos considerá-los contribuintes de um debate atemporal acerca da moralidade, mas somente herdeiros de um esquema bem específico e particular de crenças morais, um esquema cuja incoerência interna garantiu o fracasso do projeto filosófico em comum desde o início. (MACINTYRE, 2001, p. 97)

Teorias morais são historicamente contingentes. Racionalidade, filosofia, ciência e moralidade possuem natureza convencional, historicamente localizada e contingentemente determinada, estando necessariamente situados numa estrutura social e tradição cultural particular. Essa *historicidade* da moralidade implica na presunção sociológica que agentes morais ocupam papéis e desempenham funções sociais específicas numa sociedade determinada, de modo que essa estrutura social constitui elemento essencial da tradição moral, conferindo inteligibilidade e *objetividade* ao discurso moral. Filosofias morais sempre refletem a tradição moral de uma sociedade historicamente determinada, sendo concebidas para atender as necessidades práticas de uma comunidade particular. MacIntyre reivindica que premissas éticas provenientes de tradições morais diferentes são incomensuráveis, não havendo meios unicamente racionais ou lógicos para resolver conflitos entre sistemas de crenças morais substantivas distintos. De modo que não podemos convencer o agente da objetividade de um juízo moral recorrendo unicamente aos princípios da racionalidade e aos cânones da lógica, a menos que esse agente previamente compartilhe da tradição moral – que determina o conteúdo das premissas morais substanciais admissíveis – que confere objetividade a esse juízo, conforme a racionalidade e coerência *interna* desse sistema de crenças. Essa justificação moral *internalista* implica numa evidente circularidade virtuosa, típica do *holismo*. Afastando a acusação de relativismo moral pela rejeição da possibilidade da existência de perspectivas morais *externas* à cultura moral historicamente determinada na qual o agente está inserido, recusando a justificação moral absoluta e o *fundacionismo* moral. Os conceitos de tradição moral de MacIntyre e de educação moral de Dancy remetem à metafísica e a antropologia de Aristóteles, que ensinam que o homem é essencialmente *zoom politikon* e que a *polis* constitui sua condição ontológica, de modo que o conceito de homem exige a condição de integrante de uma sociedade política particular. Remetendo igualmente a ética aristotélica, que ensina que o homem somente pode desenvolver plenamente suas capacidades naturais e, sobretudo, atingir a *eudaimonia*, como cidadão de uma comunidade política particular. MacIntyre sustenta que teorias morais sempre refletem eventos reais e acontecimentos históricos, da mesma maneira que ações, ao expressarem crenças, sempre constituem atos políticos e morais:

**Transformações abstratas nos conceitos morais sempre estão contidas em determinados acontecimentos reais.** Existe uma história que ainda não foi escrita, na qual os príncipes de Médici, Henrique VIII e Thomas Cromwell, Frederico, o Grande e Napoleão,

Walpole e Wilberforce, Jefferson e Robespierre são entendidos como quem expressa em seus atos, não raro parcialmente e de diversas maneiras, as mesmíssimas mudanças conceituais que foram expressas no campo da teoria filosófica por Maquiavel e Hobbes, Diderot e Condorcet, Hume, Adam Smith e Kant. Não deve haver duas histórias, uma da ação política e moral e outra da teoria política e moral, pois não existiram dois passados, um povoado somente por atos e outro somente por teorias. **Todo o ato é portador e expressão de conceitos e crenças mais ou menos carregados de teoria; toda a teoria e toda expressão de crenças é um ato político e moral.** (MACINTYRE, 2001, p 113, grifo nosso)

Filosofias morais refletem realidades históricas. Ações morais expressam teorias e tradições morais contingentes. Crenças determinam ações tanto quanto ações expressam crenças. Teoria e prática, fato e valor, são necessariamente conectados entre si na moralidade. Ações morais particulares são determinadas pela tradição moral do agente, elemento fundamental na descrição da realidade histórica de sociedades contingentemente localizadas. Para MacIntyre não existem duas Histórias apartadas, uma História (conceitual) das *teorias* políticas e morais, ao lado de uma História (empírica) das *ações* políticas e morais:

Assim, a transição para a modernidade foi uma transição tanto em teoria quanto em prática, e uma única transição. É porque os hábitos mentais engendrados por nosso currículo acadêmico moderno isolam a História das transformações políticas e sociais (estudadas por determinado conjunto de disciplinas nos departamentos de história por um grupo de acadêmicos) da História da filosofia (estudada por outro conjunto, bem diferente, de disciplinas nos departamentos de Filosofia por outro conjunto de acadêmicos) que se outorga às ideias uma vida falsamente independente, por um lado, e a ação política e social é apresentada como estranhamente despercebida da outra. Esse dualismo acadêmico é, em si, a expressão de uma ideia comum em quase todo o mundo moderno... (MACINTYRE, 2001, p. 114)

MacIntyre parece remeter ao conceito aristotélico de *ação moral (praxis)*, que inclui, por necessidade lógica, aspectos *intencionais* (motivações, conceitos, teorias e disposições) e *extensionais* (comportamentos e circunstâncias empíricas), envolvendo *orexis* (intenção) e *doxa* (crença). Toda ação moral manifesta uma crença, expressando teorias e valores políticos e morais no âmbito de uma sociedade particular. A História da Humanidade – que inclui necessariamente a História da Moralidade – deve constituir uma narrativa integrada e coerente (permanentemente sujeita à crítica e revisão), englobando tanto acontecimentos políticos, econômicos, sociais e culturais como teorias filosóficas, crenças religiosas, valores morais, valores epistêmicos e paradigmas científicos. Para MacIntyre investigações conceituais e empíricas estão interconectadas numa perspectiva holística:

Parece que há algo erradíssimo na ideia fortalecida pelo currículo convencional de que existem **dois assuntos ou disciplinas diferentes – filosofia moral, um conjunto de investigações conceituais, por um lado, e sociologia da moral, um conjunto de hipóteses e descobertas empíricas, por outro lado.** O golpe fatal de Quine em qualquer versão substancial da distinção analítico-sintética lança dúvidas sobre esse tipo de diferença entre o conceitual e o empírico. (MACINTYRE, 2001, p. 132, grifo nosso)

A compreensão da realidade empírica é determinada por conceitos e teorias científicas que conferem inteligibilidade às experiências sensoriais, implicando numa justificação *coerentista* do conhecimento empírico que recusa o *fundacionismo externalista* e a noção epistemológica de *atos brutos*:

O que cada observador se permite perceber é identificado e tem de ser identificado por conceitos prenhes de teorias. A percepção sem conceitos, como Kant quase disse, é cega. Os filósofos empiristas responderam que o que há de comum entre os observadores modernos e medievais é aquilo que cada um via ou vê, antes de qualquer teoria e interpretação, a saber, pequenos rasgos de luz numa superfície escura; e fica claro, pelo menos, que o que ambos viam *pode* ser assim descrito. **Mas se tivéssemos que caracterizar toda a nossa experiência apenas por intermédio dessa descrição sensorial crua – um tipo de descrição que é, com certeza, útil para uma série de finalidades especiais de vez em quando – não iríamos nos deparar com somente um mundo não interpretado, porém com um mundo não interpretável, não iríamos nos deparar com um mundo ainda não compreendido pela teoria, mas com um mundo que jamais poderia ser compreendido pela teoria.** Um mundo de texturas, formas, cheiros, sensações, sons e nada mais não suscita dúvidas e não oferece base para quaisquer respostas. (MACINTYRE, 2001, p. 142, grifo nosso)

MacIntyre rejeita a possibilidade epistemológica de uma descrição puramente sensorial da realidade empírica sem uma mediação conceitual que confira inteligibilidade à experiência. Essa perspectiva enriquece o conceito de *habilidades morais* de Dancy, que envolve a percepção e a avaliação adequada das características empíricas do caso. A pressuposição que nossa teoria científica da realidade empírica é determinada por nossas teorias ontológica e epistemológica – que envolvem necessariamente valores epistêmicos, estéticos e éticos – aperfeiçoa o conceito de *contexto moralmente relevante* de Dancy, ao reconhecer explicitamente a influência da tradição cultural, moral e científica do agente no julgamento de razões morais. A percepção e interpretação dos fatos morais básicos particulares dependem de uma prévia teoria ontológica que descreve o *mundo como ele é realmente* e determina quais os fatos e eventos relevantes nele *acontecem*. Essa epistemologia moral holística pressupõe a historicidade e contingência da própria concepção de racionalidade. Considerando que nossas teorias ontológica e epistemológica (também históricas e contingentes) são elementos constitutivos essenciais de nossas concepções de racionalidade, moralidade e ciência, de modo que *valores epistêmicos* determinam o reconhecimento de fatos empíricos e fatos morais. MacIntyre ilustra o ponto:

Mas as observações do cientista natural nunca são básicas nesse sentido. Pretendemos levar as hipóteses à prova da observação; mas nossas observações, por sua vez, sempre podem ser questionadas. A crença de que Júpiter tem sete luas é posta à prova da observação por meio do telescópio; mas a própria observação precisa ser justificada pelas teorias da óptica geométrica. **Exige-se que a teoria dê apoio a observação, da mesma forma que a observação precisa dar apoio à teoria.** (MACINTYRE, 2001, p. 144, grifo nosso)

MacIntyre rejeita a dicotomia entre observação empírica e teoria científica ou moral, sustentando que a inteligibilidade de evidências empíricas depende

necessariamente de uma justificação conceitual ou teorética. Propondo a justificação *holística* da ciência natural e do conhecimento empírico – tanto quanto da moralidade e do conhecimento teorético – ao sugerir que  *fatos ou observações e valores ou teorias* estão necessariamente vinculados epistemologicamente. Dancy concebe o particularismo moral como uma teoria metafísica, eminentemente ontológica, a respeito da natureza e do funcionamento das razões práticas na deliberação moral, reconhecendo, entretanto, suas amplas características e consequências epistemológicas. Dancy, em *Moral Reasons*, sustenta que as habilidades morais necessárias para a deliberação correta são adquiridas através da educação moral conforme ensina Aristóteles:

**Nossa explicação acerca da pessoa na qual podemos confiar para fazer julgamentos morais corretos não é muito longa. Tal pessoa é alguém que percebe o certo caso a caso. Para sermos bem sucedidos consistentemente, necessitamos possuir um amplo espectro de sensibilidades, de modo que nenhuma característica relevante nos escape, e também não podemos nos enganar quanto à sua relevância. Mas isso é tudo o que há a dizer na matéria.** Possuir as sensibilidades relevantes é justamente ser hábil para discernir as coisas certas caso a caso. A única questão remanescente é sobre como podemos ingressar nesse estado invejável. E a resposta é que para nós é provavelmente muito tarde. **Como Aristóteles sustenta, a educação moral é a chave; para aqueles que foram educados no passado, não há remédio real.** (DANCY, 1993, p. 64, grifo nosso)

Dancy reivindica que habilidades morais (equivalentes à *phronesis*) envolvem um amplo conjunto de *sensibilidades* para a determinação da relevância das características morais salientes caso a caso. A brevidade do relato da natureza dessas habilidades sugere a razão da crítica recorrente ao *particularismo*, apontando que a carência de uma psicologia moral mais elaborada – que amplie a noção de moralidade para além de juízos particulares, relativamente aleatórios, caso a caso – parece implicar numa justificação moral atomista. Backhurst sugere que o conceito de identidade moral de MacIntyre permite a superação dessa crítica. Reivindico especialmente que a noção de educação moral de Dancy pressupõe necessariamente as noções de identidade moral e tradição moral, elementos fundamentais da psicologia moral e da ética teleológica aristotélica, compartilhados em comum por Dancy e MacIntyre. Dancy e o particularismo moral contemporâneo em geral foram reconhecidamente influenciados pelo particularismo de MacDowell em *Mind, Value and Reality*. MacDowell considera que a educação moral (delineada no livro II da *Ethica Nicomachea*) cumpre a função básica de introdução ao sistema conceitual de crenças substanciais da tradição moral na psicologia moral de Aristóteles, sugerindo que a ética da virtude adota uma justificação moral *internalista*:

Anteriormente em *EN 2*, no qual o foco se concentra nos estados que resultam da educação [...] **Travestimos a noção de hábito de Aristóteles em virtude de caráter se supomos que os produtos do hábito constituem propensões motivacionais que são independentes do pensamento conceitual**, como as disposições comportamentais de um animal treinado. Ao contrário, **o tópico do livro 2 é certamente a iniciação em um espaço conceitual**, por meio do qual somos ensinados a admirar e nos deleitar em ações corretas. [...] Possuindo o ‘o que’, aqueles que tiveram essa iniciação realmente

estão além do hábito irrefletido, eles estão alguma distância dentro do reino da excelência intelectual relevante. Eles possuem uma compreensão conceitual, que por si mesmo, os prepara para a reflexão requerida pela transição para “o porquê”. E essa transição não precisa envolver nenhuma nova substância conceitual injetada do exterior. **Reflexões sobre “o porquê” podem ser Neurathianas; elas não necessitam de nenhum material além da substância do espaço conceitual que o sujeito já habita, de forma parcialmente consciente, em consequência da educação.** (MACDOWELL, 2002, pp. 39-40, grifo nosso)

O conceito aristotélico de *educação moral* representa o elemento dialético fundamental para a unificação coerente das teorias de Dancy e MacIntyre. As habilidades ou *sensibilidades* morais concebidas por Dancy são adquiridas pela educação moral, capacitando o agente a interpretar e estabelecer a realidade e a verdade moral através de juízos morais adequados caso a caso. Sensibilidades morais envolvem habilidades cognitivas, disposições psicológicas e crenças éticas substanciais, correspondendo à virtude intelectual da sabedoria prática (*phronesis*) de Aristóteles. A educação moral remete a um processo de socialização política através da introdução em um sistema conceitual de crenças morais substantivas, implicando na ideia de tradição moral, ao vincular-se necessariamente à noção de transmissão de valores e conhecimentos no *interior* de uma cultura moral particular, compartilhada pelos membros de uma sociedade política, historicamente localizada. Backhurst aponta outra objeção:

Um número de proeminentes filósofos morais, dentre eles MacIntyre, tem reclamado que a filosofia moral tem focado indevidamente em questões acerca do que é certo fazer a expensas de questões acerca de como é bom viver. **Essa acusação pode ser dirigida ao particularismo de Dancy. Nesse sentido, seu tipo de realismo é demasiadamente centrado do mundo, focado muito fortemente nas exigências éticas ditadas pelo mundo.** [...] Nossa escolha não deve ser entre uma perspectiva da ética ‘centrada no mundo’ e outra ‘centrada na pessoa’. Pessoas existem no mundo e vidas são abertas a uma compreensão moral, igualmente como ações o são. [...] Então a questão ‘O que devo fazer aqui e agora?’ está essencialmente relacionada com a questão ‘Que tipo de pessoa devo ser?’ Nenhuma deve ter prioridade. **Isso parece estar em harmonia com uma visão Aristotélica do julgamento moral como uma ‘apreciação situacional’ [...] visando articular ‘as relações recíprocas dos interesses do agente e sua percepção de como as coisas são objetivamente no mundo’.** Não acredito, então, que a filosofia moral enfrenta uma escolha entre perspectivas centradas na ação ou na virtude. Elas não são, ou não deveriam ser, mutuamente exclusivas. (BACKHURST, 2003, p. 176, grifo nosso)

A objeção envolve a tradicional discussão entre metaética e ética no tocante ao objeto da teoria moral dever ser concentrado nas *ações particulares* ou no *caráter do agente*. Uma ética voltada predominantemente às características moralmente relevantes do *mundo* parece favorecer uma justificação epistêmica essencialmente atomista e reducionista, enquanto uma ética centrada nas características *intencionais* dos agentes exige uma justificação mais ampla, baseada na coerência entre as *habilidades morais e disposições psicológicas do agente* e as *circunstâncias culturais e empíricas da ação*. Procuro desenvolver nesse artigo a reivindicação que os conceitos de *identidade moral*

e *tradição moral* de MacIntyre e *educação moral* e *contextos* morais particulares de Dancy são complementares na estrutura conceitual da ética teleológica aristotélica. A *tradição moral* historicamente localizada implica num sistema de crenças morais substantivas, necessariamente assumidas pelos agentes nas deliberações particulares. O conteúdo substancial do conceito de *eudaimonia* (*telos* moral do agente) é determinado por crenças morais substantivas contingentes e particulares, adquiridas através da *educação moral*, garantindo a *objetividade* dos conceitos, da linguagem e dos juízos morais particulares no *interior* de uma tradição moral – que reflete uma estrutura social particular – ao torná-los disponíveis e inteligíveis para seus membros. A *objetividade* dos juízos morais particulares é garantida epistemologicamente pela *intersubjetividade* da tradição moral compartilhada através da educação moral. A noção de educação moral implica no reconhecimento da natureza social e cultural, necessariamente contingente, da moralidade, expressando a reivindicação epistemológica fundamental do realismo moral contemporâneo a respeito da *localização* da racionalidade e do conhecimento moral. A interpretação de MacDowell da psicologia moral aristotélica reconhece a historicidade e contingência do conhecimento moral, das tradições morais e dos sistemas de crenças morais substantivas:

Isso pertence à tendência em ficar desapontado quando **Aristóteles permanece no interior do círculo de sua própria ética, permitindo que a pessoa virtuosa seja a medida de (digamos) como devemos agir.** Aqui a base filosófica para o tipo de leitura de Aristóteles que estou deplorando vem à superfície [...] **Uma reflexão Neurathiana sobre um esquema de valores herdados adota um ponto de vista interno nesse esquema; o esquema pode ser alterado parcialmente, mas não suspenso em sua totalidade, com a perspectiva de uma reconstrução completa.** O desapontamento resulta da ideia que não podemos atingir uma **convicção justificada de correção objetiva**, no pensamento sobre qualquer coisa, do interior de algo **historicamente contingente como um esquema conceitual**; sendo necessário cotejar a herança cultural específica com um contato não distorcido com o real. [...] Perda de confiança em reflexões internas como essa exige a consciência, não compartilhada por todas as eras, da contingência histórica dos modos de pensamento vigentes. E a ideia consoladora em contrário, de um modo de **contato com o real no qual transcendemos nossa historicidade**, parece estar disponível apenas por meio de um **equivoco filosófico** acerca das realizações da **ciência moderna...** (MACDOWELL, 2002, p. 37, grifo nosso)

Dancy sustenta que razões morais são sensíveis a toda e qualquer alteração no *contexto* de deliberações particulares, considerando que o particularismo moral constitui consequência filosófica necessária do holismo na teoria das razões. A *mesma* característica, que constitui uma razão moral num caso, pode alterar sua relevância, variar sua polaridade – uma razão favorável pode tornar-se desfavorável – ou mesmo deixar de constituir uma razão moral noutro caso. Razões morais funcionam particularmente e irregularmente, não admitindo generalizações ou normatizações, sendo sensíveis a qualquer variação na configuração *holística* do *contexto particular* de cada caso. Proponho a introdução da noção de *contexto moral holístico particular*, incluindo tanto características empíricas ou *extencionais* quanto características conceituais ou *intencionais* moralmente relevantes reconhecidas pelo agente no caso particular. Reivindicando que esse conceito aperfeiçoa a noção de *características*

*moralmente relevantes* de Dancy, ao reconhecer explicitamente que tradições morais diversas podem interpretar e valorizar diferentemente a relevância moral tanto de características empíricas como de características conceituais semelhantes presentes num contexto particular. Dancy, em *Ethics Without Principles*, sustenta que reconhecer razões equivale a julgar razões, e que julgar razões, por sua vez, equivale a julgar como as coisas são. Reconhecer e julgar razões equivale a interpretar adequadamente a realidade moral, implicando num juízo prévio acerca da relevância das características morais envolvidas. A tradição moral determina o reconhecimento de *características moralmente relevantes* nos casos particulares, na medida, que as sensibilidades morais necessárias para o julgamento correto de razões são adquiridas através da educação moral. Habilidades morais não dependem predominantemente da percepção sensorial da realidade empírica, vinculando-se principalmente ao raciocínio moral. Dancy parece sugerir que o julgamento de razões implica principalmente no reconhecimento de características – *intencionais, culturais ou valorativas* – morais salientes relevantes, acessíveis através do raciocínio moral e prático, e não apenas no reconhecimento de características unicamente empíricas ou sensoriais dos contextos particulares, rejeitando a dicotomia fato/valor. Nesse sentido:

Minha própria visão é que, embora possamos discernir razões sobre a mesa, **nossa habilidade de fazê-lo não é sensorial**; não é a sensibilidade que interessa no reconhecimento das razões (embora a sensibilidade talvez seja necessária ao longo desse caminho). É precisamente nossa **capacidade de julgar** que interessa. Podemos supor conceber o julgamento em geral como uma *resposta* a razões reconhecidas [...] Mas como há um julgamento (uma aplicação do) no sentido do contribuinte para o geral, também há um julgamento (uma aplicação do) no reconhecimento do contribuinte. Reconhecer que essa característica favorece essa resposta **é julgar como as coisas são**. (DANCY, 2004, pp.143/144, grifo nosso)

O julgamento de razões envolve necessariamente a consideração de elementos conceituais e empíricos. Julgar razões equivale a interpretar a realidade moral, de modo que as habilidades morais necessárias vão muito além da percepção sensorial, envolvendo habilidades teóricas. O conceito de *educação moral* implica no reconhecimento que  *fatos morais básicos* constituem concepções convencionais contingentes de uma tradição moral particular. Aquilo que constitui uma *característica moralmente relevante* pode variar tanto conforme mudanças na configuração do *contexto empírico particular* de cada ação como conforme transformações culturais no *contexto teórico particular* de cada tradição moral. O sistema de crenças morais substantivas que compõe a tradição moral constitui o elemento epistêmico que garante racionalidade e coerência à identidade moral, proporcionando unidade psicológica e conectando consistentemente as deliberações particulares do agente. A tradição moral determina o julgamento da *relevância* das características morais nos casos particulares, garantindo a *objetividade* dos juízos morais particulares para os agentes que dela compartilham. Implicando numa justificação moral *internalista, holística, coerentista, falibilista*, contingente, incompleta e mais ou menos garantida. Reivindico que a perspectiva contingente da moralidade de MacIntyre enfatiza uma *autoconsciência histórica* implícita no particularismo *secular* de Dancy. A *historicidade* e *contingência* da moralidade são características fundamentais da tradição ética aristotélica compartilhada por essas teorias. O *particularismo contextualista* elimina a dicotomia entre uma filosofia moral concentrada na personalidade do agente e outra nas características moralmente

relevantes do mundo, contemplando tanto características empíricas e conceituais de ações particulares quanto tradições morais substantivas historicamente localizadas dos agentes, adotando aspectos da ética aristotélica comuns a MacIntyre e a teoria das razões de Dancy. Aristóteles ensina que as disposições morais que constituem o *caráter* são formadas através da prática reiterada de ações exercidas sobre objetos particulares conforme uma perspectiva moral substancial particular. As habilidades morais de Dancy vinculam o reconhecimento de razões moralmente relevantes à tradição moral do agente através da educação moral. A justificação ética teleológica aristotélica compartilhada por MacIntyre e Dancy, conecta tradição moral, teoria moral, valor e *intencionalidade*, de um lado, a história, realidade empírica, fato e *extensionalidade*, de outro. O *particularismo contextualista* resulta numa teoria moral realista holística, integrando as preocupações ontológicas e epistemológicas, tipicamente metaéticas, de Dancy – concentradas na natureza e funcionamento particular das razões morais – a psicologia moral e a justificação teleológica da ética aristotélica, enfatizadas por MacIntyre, sugerindo que esses enfoques, ao invés de opostos e excludentes, podem ser filosoficamente complementares.

## Referências

- ARISTÓTELES, *Nicomachean Ethics* (translated with introduction, notes, and glossary, by Terence Irwin), 2 ed., Indianapolis/ Cambridge: Hackett, 1999.
- BACKHURST, David, **Ethical Particularism in Context**, in *Moral Particularism*, eds. Hooker & Little, Oxford University Press, Oxford, 2003.
- DANCY, Jonathan, *Moral Reasons*, Blackwell, Oxford, 1993.
- \_\_\_\_\_. **The Particularist's Progress**, in *Moral Particularism*, eds. Hooker & Little, Oxford University Press, Oxford, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Ethics Without Principles*, Oxford University Press, Oxford, 2004.
- DENNETT, Daniel, *Content and Consciousness*, Routledge, London, 1996.
- GOODMAN, Nelson, *Fact, Fiction and Forecast*, Harvard University Press, Cambridge, 1983.
- MACDOWELL, John, *Mind, Value and Reality*, Harvard University Press, Cambridge, 2002.
- MACINTYRE, Alasdair, *After Virtue: A Study in Moral Theory*, London, Duckworth, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Depois da Virtude: Um estudo em teoria moral*, EDUSC, Bauru, 2001.
- PUTNAM, Hilary, *The Collapse Of The Fact/Value Dichotomy*, Harvard University Press, Cambridge, 2003.